

No. 35220

**Brazil
and
El Salvador**

Agreement on technical, scientific and technological cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of El Salvador. Brasília, 20 May 1986

Entry into force: 15 February 1990 by notification, in accordance with article XIII

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 9 October 1998

**Brésil
et
El Salvador**

Accord de coopération technique, scientifique et technologique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République d'El Salvador. Brasília, 20 mai 1986

Entrée en vigueur : 15 février 1990 par notification, conformément à l'article XIII

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 9 octobre 1998

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA DE EL SALVADOR

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de El Salvador,
(doravante designados "Partes Contratantes"),

A luz de seus objetivos comuns de desenvolvimento econômico e social e de elevação da qualidade de vida de seus povos,

Considerando que a cooperação científica, técnica e tecnológica entre os dois países e que a aplicação dos seus resultados aos processos de produção contribuirão para os mútuos esforços em prol da consecução de seus objetivos comuns, e

Desejosos de desenvolver a referida cooperação,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes Contratantes determinarão periodicamente as áreas em que esforços de cooperação e/ou de pesquisa conjunta no desenvolvimento de setores específicos científicos, técnicos e tecnológicos são de maior interesse comum e os mais conducentes à consecução dos objetivos deste Acordo. As Partes Contratantes estabelecerão prioridades para tal fim.

ARTIGO 11

1. Ajustes operacionais, no âmbito deste Acordo, poderão ser concluídos entre órgãos governamentais brasileiros e salvadorenhos, designados por cada Parte Contratante, com vistas à implementação deste Acordo em áreas prioritárias específicas.

2. Os Ajustes operacionais, celebrados por diferentes órgãos e entidades sob a égide deste Acordo, entrarão em vigor mediante troca de Notas diplomáticas.

3. Os Ajustes operacionais a que faz referência o parágrafo 1 do, presente Artigo especificarão fontes, financeiras e mecanismos operacionais, de conformidade com os objetivos específicos e as características dos órgãos envolvidos, e estabelecerão os procedimentos concernentes aos relatórios das atividades decorrentes, a serem submetidos à Comissão Mista estabelecida nos termos do Artigo VI.

ARTIGO III

A fim de implementar os propósitos deste Acordo, as Partes Contratantes concordam em:

- a) convocar reuniões para o exame e o intercâmbio de informações;
- b) intercambiar professores, cientistas, pesquisadores, peritos e técnicos (doravante designados "especialistas");
- c) proceder à troca direta de informações nos campos relevantes;
- d) proceder à implementação conjunta ou coordenada de programas e/ou projetos de pesquisa científica, de desenvolvimento técnico e tecnológico, para a adaptação adequada de técnicas e tecnologias a condições relevantes específicas; e
- e) proceder a outras formas de cooperação exigidas pelas circunstâncias e sobre as quais se haja acordado.

ARTIGO IV

1. O intercâmbio de informações de natureza científica, técnica e tecnológica realizar-se-á entre as Partes Contratantes ou por intermédio dos órgãos designados por cada uma das Partes.

2. A Parte Contratante, ou o órgão designado, que suprir informação dessa natureza poderá, se considerar conveniente, solicitar à outra Parte ou órgão que restrinja a difusão de tal informação junto a terceiras Partes. Sempre que a divulgação de informação for considerada possível ou aconselhável, ambas Partes Contratantes deverão acordar quanto às condições e ao escopo dessa divulgação.

ARTIGO V

A Parte Contratante que receber especialistas da outra Parte proverá o pessoal adequado necessário à eficiente implementação da atividade, projeto ou programa relevantes.

ARTIGO VI

1. As Partes Contratantes decidem estabelecer uma Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, que se reunirá alternadamente no Brasil e em El Salvador, em datas acordadas por via diplomática, quando for julgado conveniente por ambas Partes Contratantes, à luz da implementação deste Acordo e das atividades realizadas sob a égide dos Ajustes operacionais a que faz referência o Artigo II.

2. A Comissão Mista será o foro apropriado para:

- a) revisão periódica das áreas prioritárias mencionadas no Artigo I;
- b) formulação de programas de atividades bi ou plurianuais;
- c) exame da implementação deste Acordo e de Ajustes operacionais, celebrados em conformidade com disposto no Artigo II;
- d) apresentação de recomendações a ambas Partes Contratantes no que diz respeito à implementação do presente Acordo, incluindo os programas iniciados no âmbito de seus Ajustes operacionais.

3. A Comissão Mista será mantida informada do andamento de projetos e programas estabelecidos por Ajustes operacionais.

4. A Comissão Mista poderá estabelecer grupos de trabalho especiais, que poderão reunir-se simultaneamente com as sessões da Comissão Mista, ou durante os períodos entre as referidas sessões, com vistas a examinar os relatórios sobre o progresso das atividades mencionadas no parágrafo 3 e a revisar a implementação de aspectos específicos deste Acordo ou dos Ajustes operacionais ao mesmo.

5. Os contatos, no âmbito deste Acordo, entre as Partes Contratantes, efetuados durante os intervalos das sessões da Comissão Mista e reuniões dos grupos de trabalho, serão realizados por via diplomática, ou por intermédio de órgãos designados por cada uma das Partes.

ARTIGO VII

O financiamento das várias modalidades de cooperação científica, técnica e tecnológica previstas neste Acordo, bem como os termos e condições de diárias, ajudas de custo, gastos de viagem, assistência médica e outras vantagens a serem asseguradas aos especialistas mencionados no Artigo III, "b", serão estabelecidos nos Ajustes operacionais a que faz referência o Artigo II.

ARTIGO VIII

Cada Parte Contratante concederá aos especialistas designados para exercer suas funções no território da outra Parte, em decorrência dos Ajustes operacionais previstos no Artigo II, bem como aos membros de sua família imediata:

- a) visto oficial grátis, válido pelo prazo de sua missão no país receptor;
- b) isenção de impostos e demais gravames para a importação de objetos de uso doméstico e pessoal, destinados à primeira instalação, desde que o prazo de permanência no país receptor seja superior a um ano;
- c) idêntica isenção quando da reexportação dos referidos bens;
- d) isenção de impostos quanto a salários e vencimentos a eles pagos pela instituição remetente. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição recipiente será aplicada a legislação do país receptor, observados os Acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes.

ARTIGO IX

Ambas Partes Contratantes isentarão de todas as taxas e impostos tanto as importações como as exportações de um país a outro no tocante a bens, equipamentos e materiais necessários à implementação deste Acordo e dos Ajustes operacionais ao mesmo. Tais bens, equipamentos e materiais serão reexportados à Parte que os enviar, por ocasião do término dos projetos e programas aos quais se destinaram, a não ser quando os bens, equipamentos e materiais forem doados à Parte recipiente.

ARTIGO X

A seleção de especialistas será feita pela Parte Contratante cedente e deverá ser aprovada pela Parte Contratante recipiente.

ARTIGO XI

As Partes Contratantes, por mútuo consentimento, poderão buscar o financiamento e a participação de organizações internacionais ou de outros países interessados em atividades, projetos e programas decorrentes do presente Acordo.

ARTIGO XII

Este Acordo será implementado em conformidade com a legislação e as práticas administrativas de cada uma das Partes Contratantes.

ARTIGO XIII

1. Cada Parte Contratante notificará a outra da plena satisfação dos requisitos exigidos em sua legislação nacional para a aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da segunda notificação.

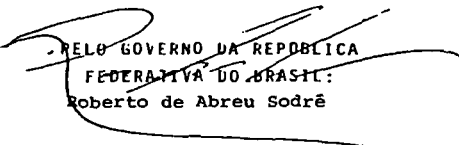
2. O presente Acordo vigorará por um período de cinco anos, sendo automaticamente renovável por períodos iguais e sucessivos.

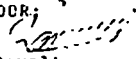
3. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes mediante notificação por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de recebimento da nota respectiva.

4. A denúncia do presente Acordo não afetará o desenvolvimento de programas e projetos em execução dele decorrentes, salvo se as Partes convierem diversamente.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, firmam o presente Acordo.

Feito em Brasília, aos 20 dias do mês de maio de 1986, em dois originais nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPUBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:
Roberto de Abreu Sodré

PELO GOVERNO DA REPUBLICA
DE EL SALVADOR:

Ricardo Acevedo Peralta

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE COOPERACIÓN TÉCNICA, CIENTÍFICA Y TECNOLÓGICA ENTRE EL GOBIERNO DE
LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE EL SALVADOR

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de la República de El Salvador

(en adelante designados "Partes Contratantes").

De acuerdo a sus objetivos comunes de desarrollo económico y social y la sup
ración del nivel de vida de sus pueblos.

Considerando que la cooperación científica, técnica y tecnológica, entre los
dos países y que la aplicación de sus resultados a los procesos de producción contribuirán
' ara los mutuos esfuerzos en favor de la obtención de sus objetivos comunes, y

Deseosos de desarrollar la referida cooperación,

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

Las Partes Contratantes determinarán periódicamente las áreas en que los es
fuerzos de cooperación y/o de investigación conjunta en el desarrollo de sectores especifi -
cos científicos, técnicos y tecnológicos son los de mayor interés común y los que conduz
can a la obtención de los objetivos de este Acuerdo. Las Partes Contratantes establecerán
' prioridad para tal finalidad.

ARTICULO II

1. Ajustes operacionales, en el ámbito de este Acuerdo, podrán ser concluidos en
tre los órganos gubernamentales brasileños y salvadoreños, designados por cada Parte Contra-
tante, con vistas a la implementación de este Acuerdo en áreas prioritarias específicas.
2. Los Ajustes operacionales, celebrados por diferentes órganos y entidades, en
el ámbito de este Acuerdo, entraran en vigor mediante canje de notas diplomáticas.
3. Los Ajustes operacionales a que se refiere el párrafo 1 del presente Artículo
especificaran fuentes financieras y mecanismos de operación de conformidad con los objetivos
específicos y las características de los órganos involucrados y establecerán los procedimien-
tos concernientes a los relatorios de las actividades resultantes que serán sometidas a la
Comisión Mixta establecida en los términos del Artículo VI.

ARTICULO III

Con la finalidad de implementar los prpósitos de este Acuerdo, las Partes Contratantes acuerdan en:

- a) convocar reuniones para examen y el intercambio de informaciones;
- b) intercambiar profesores, científicos, investigadores, peritos y técnicos (en adelante designados "especialistas");
- c) proceder al intercambio directo de informaciones en los campos sobresalientes;
- d) proceder a la implementación conjunta o coordinada de programas y/o proyectos de investigación científica, de desarrollo técnico y tecnológico, para la adaptación adecuada de técnicas y tecnologías a condiciones relevantes específicas; y
- e) proceder a otras formas de cooperación exigidas por las circunstancias y sobre los cuales se este de acuerdo.

ARTICULO IV

1. El intercambio de informaciones de naturaleza científica, técnica y tecnológica se realizará entre las Partes Contratantes por intermedio de los órganos designados por cada una de las Partes.

2. La Parte Contratante, o el órgano designado que supla información de esa naturaleza podrá si considerarse conveniente, solicitar a la otra Parte u órgano, que restrinja la difusión de tal información junto a terceras Partes. Siempre que la divulgación de información fuese considerada posible o aconsejable, ambas Partes Contratantes deberán estar de acuerdo en lo que se refiere a las condiciones y al alcance de esa divulgación.

ARTICULO V

La Parte Contratante que recibiere especialistas de la otra Parte proveerá el personal adecuado necesario para la eficiente implementación de la actividad, proyecto o programa relevante.

ARTICULO VI

1. Las Partes Contratantes deciden establecer una Comisión Mixta de cooperación Técnica, Científica y Tecnológica, que se reunirá alternadamente en Brasil y en El Salvador, en fechas establecidas por vía diplomática, cuando se crea conveniente por ambas Partes Contra

tes, según sea el desarrollo de este Acuerdo y de las actividades realizadas de acuerdo a los Ajustes operacionales a los que hace referencia el Artículo II.

2. La Comisión Mixta será el foro apropiado para:
 - a) revisión periódica de las áreas preferenciales mencionadas en el Artículo I;
 - b) formulación de programas de actividades bi o plurianuales;
 - c) examen del desarrollo de este Acuerdo y de los Ajustes operacionales, celebrados de conformidad con lo dispuesto en el Artículo II;
 - d) presentación de recomendaciones a ambas Partes Contratantes en lo que se refiera a la implementación del presente Acuerdo, incluyendo los programas iniciados en el ámbito de sus Ajustes operacionales.

A la Comisión Mixta se le mantendrá informada sobre el estado de los proyectos y programas establecidos por Ajustes operacionales.

4. La Comisión Mixta podrá establecer grupos de trabajo especiales que podrán reunirse simultáneamente con las sesiones de la Comisión Mixta o durante los períodos entre las referidas sesiones, con el propósito de examinar los relatorios sobre el progreso de las actividades mencionadas en el párrafo 3 y a revisar la implementación de los aspectos específicos de este Acuerdo o de los Ajustes operacionales del mismo.

5. Los contactos en el ámbito de este Acuerdo entre las Partes Contratantes, efectuados durante los intervalos de las sesiones de la Comisión Mixta y reuniones de los grupos de trabajo, serán realizados por vía diplomática, o por intermedio de órganos designados por cada una de las Partes.

ARTICULO VII

El financiamiento de las diferentes modalidades de cooperación científica, técnica y tecnológica prevista en este Acuerdo, así como los términos y condiciones de viáticos, ayuda de costos, gastos de viaje, asistencia médica y otras ventajas a ser aseguradas, a los especialistas mencionados en el Artículo III, "b", serán establecidos en los Ajustes operacionales que se refiere el Artículo II.

ARTICULO VIII

Cada Parte Contratante concederá a los especialistas designados para ejercer sus funciones en el territorio de la otra Parte, de acuerdo a los Ajustes operacionales previstos en el Artículo II, así como a los miembros de su familia inmediata:

- a) visa oficial gratis, válida por el plazo de su misión en el país receptor;

- b) exención de impuestos y demás gravámenes para la importación de objetos de uso doméstico y personal, destinados a la primera instalación, toda vez que el plazo de permanencia en el país receptor sea superior a un año;
- c) idéntica exención en cuanto a la reexportación de los referidos bienes;
- d) exención de impuestos en lo que se refiere a salarios y vencimientos a ellos pagados por la institución remitente. En el caso de remuneraciones y viáticos pagados por la institución recipiente, será aplicada la legislación del país receptor, observados los Acuerdos de bitributación eventualmente firmados entre las Partes.

ARTICULO IX

Ambas Partes Contratantes dispensaran de todas las tasas e impuestos, tanto de las importaciones como de las exportaciones de un país a otro en lo referente a bienes, tipos y materiales necesarios para implementación de este Acuerdo y de los Ajustes operacionales del mismo. Tales bienes, equipos y materiales serán reexportados a la Parte que los enviara, por ocasión de finalizar el proyecto y programas a los cuales se destinaron, a no ser que los bienes, equipos y materiales fuesen donados a la Parte recipiente.

ARTICULO X

La selección de especialistas será hecha por la Parte Contratante cedente y deberá ser aprobada por la Parte Contratante recipiente.

ARTICULO XI

Las Partes Contratantes, por mutuo consentimiento, podrán buscar el financiamiento y la participación de organizaciones internacionales o de otros países interesados en actividades, proyectos y programas resultantes del presente Acuerdo.

ARTICULO XII

Este Acuerdo será implementado de conformidad con la legislación y las prácticas administrativas de cada una de las Partes Contratantes.

ARTICULO XIII

1. Cada Parte Contratante notificará a la otra de la plena satisfacción de los requisitos exigidos en su legislación nacional para la aprobación del presente Acuerdo, el cual entrará en vigor en la fecha de la segunda notificación.

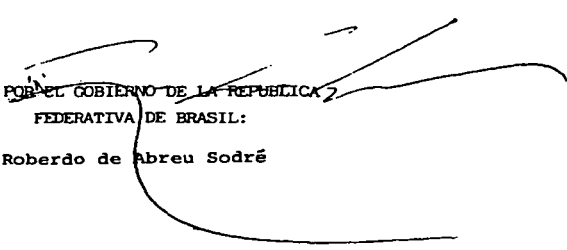
2. El presente Acuerdo vigorará por un período de cinco años, siendo automáticamente renovado por períodos iguales y sucesivos.

3. El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes Contratantes mediante notificación por vía diplomática. La denuncia tendrá efecto seis meses después de la fecha de recibida la nota respectiva.

4.- La denuncia del presente Acuerdo no afectará el desarrollo de programas y proyectos en ejecución resultantes del mismo, salvo si las Partes acuerdan otra cosa.

En testimonio de que los abajo firmantes, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, firman el presente Acuerdo.

Hecho en Brasilia, a los 20 días del mes de mayo de 1986, en dos originales en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.


POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL:

Roberto de Abreu Sodré

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
DE EL SALVADOR:
Ricardo Aceveto Peralta

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT ON TECHNICAL, SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL
COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF
THE REPUBLIC OF EL SALVADOR

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Republic of El Salvador,

(Hereinafter referred to as "the Contracting Parties"),

Pursuant to their common objectives of economic and social development and improvement of the living standards of their peoples,

Considering that scientific, technical and technological cooperation between the two countries and application of the results thereof to production processes will contribute to their mutual efforts to achieve their common objectives, and

Desiring to develop such cooperation,

Have agreed as follows:

Article I

The Contracting Parties shall periodically determine the areas in which cooperation and/or joint research endeavours in the development of specific scientific, technical and technological sectors are most mutually advantageous and most likely to achieve the objectives of this Agreement. The Contracting Parties shall establish priorities to that end.

Article II

1. Within the framework of this Agreement, operational agreements may be concluded between Brazilian and Salvadoran governmental bodies designated by each Contracting Party, with a view to implementing this Agreement in specific priority areas.

2. The operational agreements concluded by the various bodies and institutions within the framework of this Agreement shall enter into force through an exchange of diplomatic notes.

3. The operational agreements referred to in paragraph 1 of this Article shall specify financial sources and operational arrangements, in accordance with the particular aims and the nature of the bodies involved, and shall stipulate the procedures for submitting reports on consequent activities to the Joint Commission established under Article VI.

Article III

In order to fulfil the purposes of this Agreement, the Contracting Parties agree to:

- (a) Convene meetings to review and exchange information;
- (b) Exchange teachers, scientists, researchers, experts and technicians (hereinafter referred to as "specialists");
- (c) Engage in a direct exchange of information in the fields of interest;
- (d) Undertake joint or coordinated implementation of programmes and/or projects relating to scientific research or technical and technological development with a view to appropriate adaptation of techniques and technologies to relevant specific conditions; and
- (e) Undertake other forms of cooperation as required by the circumstances and as mutually agreed.

Article IV

1. Scientific, technical and technological information shall be exchanged between the Contracting Parties through bodies designated by each Party.

2. The Contracting Party or the designated body supplying this type of information may, if it deems it appropriate, request the other Party or body to restrict dissemination of such information to third Parties. If it is considered possible or advisable to make the information generally available, the two Contracting Parties must agree on the conditions and scope of such dissemination.

Article V

1. The Contracting Party receiving specialists from the other Party shall provide the appropriate personnel needed for the efficient implementation of the relevant activity, project or programme.

Article VI

1. The Contracting Parties decide to establish a Joint Commission for technical, scientific and technological cooperation, which shall meet alternately in Brazil and in El Salvador, on dates agreed through the diplomatic channel, whenever the two Contracting Parties deem it advisable, in connection with the implementation of this Agreement and of activities carried out under the operational agreements referred to in Article II.

2. The Joint Commission shall be the appropriate forum for:

- (a) Reviewing, periodically, the priority areas referred to in Article I;
- (b) Formulating two-year or multi-year programmes of activities;
- (c) Reviewing the implementation of this Agreement and of operational agreements concluded in accordance with Article II;
- (d) Making recommendations to the two Contracting Parties concerning the implementation of this Agreement, including any programmes initiated under its operational agreements.

3. The Joint Commission shall be kept informed of the status of projects and programmes established under operational agreements.

4. The Joint Commission may establish special working groups, which may meet concurrently with the sessions of the Joint Commission or during the periods between those sessions, in order to consider reports on the progress of the activities referred to in paragraph 3 and to review the implementation of specific aspects of this Agreement or of its operational agreements.

5. Contacts between the Contracting Parties within the framework of this Agreement in the intervals between sessions of the Joint Commission and meetings of the working groups shall take place through the diplomatic channel or through bodies designated by each Party.

Article VII

The financing of the various forms of scientific, technical and technological cooperation provided for in this Agreement and the terms and conditions of daily subsistence allowances, expense allowances, travel costs, medical assistance and other benefits to be provided to the specialists referred to in Article III (b) shall be stipulated in the operational agreements referred to in Article II.

Article VIII

1. Each Contracting Party shall grant the following facilities to the specialists designated to perform their functions in the territory of the other Party under the operational agreements provided for in Article II, as well as to the members of their immediate families:

(a) An official visa free of charge, valid for the period of their mission in the host country;

(b) Exemption from taxes and other import duties on personal and household effects intended for their initial installation, if they are to stay in the host country for more than a year;

(c) The same exemption when said effects are re-exported;

(d) Exemption from taxes on wages, salaries and allowances paid to them by the sending institution. In the case of remuneration and daily subsistence allowances paid by the receiving institution, the legislation of the receiving country shall apply, subject to any double taxation agreements concluded between the Parties.

Article IX

The two Contracting Parties shall exempt from all taxes both the import and the export from one country to the other of goods, equipment and materials required for the implementation of this Agreement and of its operational agreements. Such goods, equipment and materials shall be re-exported to the sending Party upon completion of the programmes and projects for which they were intended, unless they are donated to the receiving Party.

Article X

The selection of specialists shall be made by the sending Contracting Party and shall be approved by the receiving Contracting Party.

Article XI

The Contracting Parties may, with each other's consent, seek the financing and participation of international organizations or other interested countries for activities, projects and programmes resulting from this Agreement.

Article XII

This Agreement shall be implemented in accordance with the legislation and administrative practices of each of the Contracting Parties.

Article XIII

1. Each Contracting Party shall notify the other of the full satisfaction of the requirements under its national legislation for the approval of this Agreement, which shall enter into force on the date of the second notification.

2. This Agreement shall remain in force for a period of five years, and shall be automatically renewable for successive five-year periods.

3. This Agreement may be denounced by either Contracting Party by notification through the diplomatic channel. The Agreement shall terminate six months after the date of receipt of the notification of denunciation.

4. Denunciation of this Agreement shall not affect the implementation of programmes and projects under way pursuant to it, unless the Parties agree otherwise.

5. In witness whereof, the undersigned, duly authorized by their respective Governments, have signed this Agreement.

Done at Brasília, on 20 May 1986, in duplicate in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

For the Government of the Republic of El Salvador:

RICARDO ACEVETO PERALTA

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION TECHNIQUE, SCIENTIFIQUE ET TECHNOLOGIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE D'EL SALVADOR

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

et

Le Gouvernement de la République d'El Salvador

(ci-après dénommés "les Parties contractantes"),

Conformément à leurs objectifs communs de développement économique et social et d'amélioration du niveau de vie de leurs peuples,

Considérant que la coopération scientifique, technique et technologique entre les deux pays et que l'application de ses résultats aux processus de production contribueront à leurs efforts mutuels de réalisation de leurs objectifs communs, et

Désireux de développer ladite coopération,

Sont convenus de ce qui suit :

Article Premier

Les Parties contractantes fixeront périodiquement les domaines dans lesquels les efforts de coopération et/ou de recherche conjointe en vue du développement de secteurs déterminés, scientifiques, techniques et technologiques présentent le plus d'intérêt commun et sont les mieux à même d'aboutir à la réalisation des objectifs du présent Accord. Les Parties contractantes établiront des priorités à cette fin.

Article II

1. Dans le cadre du présent Accord, des accords opérationnels complémentaires pourront être conclus entre organismes gouvernementaux brésiliens et salvadoriens désignés par chaque Partie contractante, afin de mettre en uvre le présent Accord dans des domaines prioritaires spécifiques.

2. Les accords opérationnels complémentaires conclus par différents organismes et entités dans le cadre du présent Accord entreront en vigueur par la voie d'échange de notes diplomatiques.

3. Les accords opérationnels complémentaires visés au paragraphe 1 du présent Article préciseront les sources de financement et les mécanismes de fonctionnement en fonction des objectifs spécifiques visés et des caractéristiques des organismes intéressés; ils définiront les procédures d'établissement des rapports relatifs aux activités menées au titre desdits accords, qui seront soumis à la Commission mixte créée conformément aux dispositions de l'Article VI.

Article III

En vue de réaliser les objectifs du présent Accord, les Parties contractantes conviennent :

- a) D'organiser des réunions pour l'examen et l'échange d'informations;
- b) D'échanger des enseignants, des scientifiques, des chercheurs, des experts et des techniciens (ci-après dénommés "spécialistes");
- c) De procéder à l'échange direct d'informations dans les domaines les plus notables;
- d) De procéder à l'exécution conjointe ou coordonnée de programmes et/ou de projets de recherche scientifique, de développement technique et technologique, en vue de l'adaptation de techniques et de technologies à des conditions particulières; et
- e) De mettre en uvre les autres formes de coopération qu'exigent les circonstances et sur lesquelles elles se seront accordées.

Article IV

1. L'échange d'informations de nature scientifique, technique et technologique s'effectuera entre les Parties contractantes par l'intermédiaire des organismes désignés par chacune des Parties.

2. La Partie contractante ou l'organisme désigné qui fournit l'information de cette nature pourra, si on le juge opportun, demander à l'autre Partie ou organisme de restreindre la diffusion desdites informations auprès de tierces Parties. Si la divulgation d'informations est jugée possible ou souhaitable, les deux Parties contractantes devront s'accorder sur les conditions et la portée de cette divulgation

Article V

La Partie contractante qui accueille des spécialistes de l'autre Partie fournira le personnel adéquat nécessaire à la bonne exécution de l'activité, du projet ou du programme pertinents.

Article VI

Les Parties contractantes décident de créer une Commission mixte de coopération technique, scientifique et technologique, qui se réunira à tour de rôle au Brésil et à El Salvador, à des dates arrêtées par la voie diplomatique, quand les deux Parties contractantes le jugeront utile, en fonction du déroulement du présent Accord et des activités réalisés conformément aux accords opérationnels complémentaires visés à l'Article II.

La Commission mixte sera l'enceinte appropriée pour :

- a) La révision périodique des domaines préférentiels visés à l'article premier;
- b) L'élaboration de programmes d'activités biannuels ou pluriannuels;
- c) L'examen du fonctionnement du présent Accord et des accords opérationnels complémentaires conclus conformément aux dispositions de l'Article II;

d) La présentation de recommandations aux deux Parties contractantes concernant l'application du présent Accord, y compris les programmes entrepris dans le cadre des accords opérationnels complémentaires.

3. La Commission mixte sera tenue informée de l'état d'avancement des projets et programmes établis en vertu des accords opérationnels complémentaires.

4. La Commission mixte pourra créer des groupes de travail spéciaux qui pourront se réunir en même temps que la Commission mixte ou dans l'intervalle entre ses sessions, en vue d'examiner les rapports relatifs à l'état d'avancement des activités visées au paragraphe 3 et pour contrôler la réalisation d'aspects spécifiques du présent Accord ou des accords opérationnels complémentaires.

5. Les contacts pris dans le cadre du présent Accord entre les Parties contractantes dans l'intervalle entre les sessions de la Commission mixte et des réunions des groupes de travail s'effectueront par la voie diplomatique ou par le truchement des organismes désignés par chacune des Parties.

Article VII

Le financement des diverses modalités de coopération scientifique, technique et technologique prévues dans le présent Accord, ainsi que les conditions régissant les indemnités de subsistance, les indemnités de frais, les frais de voyage, l'assistance médicale et autres prestations fournies aux spécialistes visés à l'Article III, alinéa b), seront fixés dans les accords opérationnels complémentaires visés à l'Article II.

Article VIII

1. Chacune des Parties contractantes accordera aux spécialistes désignés pour exercer leurs fonctions sur le territoire de l'autre Partie, conformément aux accords opérationnels complémentaires visés à l'Article II, ainsi qu'aux membres de leur famille immédiate :

a) Un visa officiel délivré à titre gracieux et valide pour la durée de leur mission dans le pays d'accueil;

b) L'exonération des taxes et autres droits frappant l'importation des articles ménagers et des effets personnels lors de la première installation des intéressés, à condition que la durée prévue de leur séjour dans le pays d'accueil soit supérieure à un an;

c) Une exonération identique lors de la réexportation des articles sus-mentionnés;

d) L'exonération de l'impôt sur les traitements et rémunérations et sur les paiements effectués par l'organisme d'envoi. En ce qui concerne les rémunérations et indemnités de subsistance versées par l'organisme d'accueil, la législation du pays d'accueil s'appliquera, sous réserve des dispositions des conventions relatives à la double imposition qui ont pu être conclues entre les Parties.

Article IX

Les deux Parties contractantes exonéreront de tous impôts et autres droits à l'importation et à l'exportation les biens, équipements et matériaux envoyés d'un pays à l'autre aux

fins d'application du présent Accord et des accords opérationnels complémentaires. Ces biens, équipements et matériaux seront réexportés vers la Partie qui les a envoyés lorsque s'achèveront les projets et programmes auxquels ils étaient destinés, à moins qu'il n'en soit fait don à la Partie d'accueil.

Article X

Le choix des spécialistes incombera à la Partie contractante qui les envoie et devra être approuvé par la Partie contractante qui les reçoit.

Article XI

Les Parties contractantes pourront, par accord mutuel, s'assurer la contribution financière et la participation d'organismes internationaux ou d'autres pays intéressés par les activités, projets et programmes issus du présent Accord.

Article XII

Le présent Accord sera exécuté conformément à la législation et aux pratiques administratives de chacune des deux Parties contractantes.

Article XIII

1. Chacune des Parties contractantes informera l'autre de l'accomplissement des formalités requises par sa législation nationale pour l'approbation du présent Accord, lequel entrera en vigueur à la date de la deuxième notification.

2. Le présent Accord sera en vigueur pour une période de cinq ans, et il sera reconduit automatiquement pour des périodes successives de même durée.

3. Le présent Accord pourra être dénoncé par l'une quelconque des Parties contractantes moyennant notification par la voie diplomatique. La dénonciation prendra effet six mois après la date de réception de ladite notification.

4. La dénonciation du présent Accord n'aura pas d'incidence sur le déroulement des programmes et projets en cours, à moins que les Parties n'en décident autrement.

5. En foi de quoi, les soussignés, dûment habilités à cet effet par leurs Gouvernements respectifs, signent le présent Accord.

Fait à Brasília, le 20 mai 1986, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil :

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Gouvernement de la République d'El Salvador :

RICARDO ACEVETO PERALTA